

Famílias uniparentais: a mãe solteira na literatura

Angela Marin

*Universidade Luterana do Brasil
Canoas, RS, Brasil*

Cesar Augusto Piccinini

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil*

RESUMO

A proporção de famílias uniparentais, em especial àquelas envolvendo mães solteiras, tem aumentado nas sociedades ocidentais, o que constitui um significativo reordenamento do sistema familiar. As famílias de mães solteiras têm sido indicadas como exigindo recursos adaptativos intensos devido a aspectos relacionados à ausência paterna apontados como importantes para o desenvolvimento infantil. Nesse sentido, o presente artigo visa apresentar as eventuais implicações de ser mãe solteira e como esta configuração familiar tem sido abordada pela literatura nacional e internacional. Estudos têm mostrado que a criança pode se desenvolver sem prejuízos em lares de mães solteiras, mas em oposição a estes, parte expressiva da literatura aponta para as implicações negativas destas configurações, especialmente em relação às suas características sociodemográficas, psicológicas e sociais. Apesar da inconsistência de achados, é possível pensar que a ausência do pai pode ser compensada pela dedicação das mães ou por outros fatores, como o apoio social recebido.

Palavras-chave: Família; mães solteiras; desenvolvimento infantil.

ABSTRACT

One-parent families: single-mother in the literature

The proportion of one-parent families, especially those involving single mothers, has been increasing in western societies, and constitutes a significant change in the family system. Single mothers' families have been indicated as demanding adaptive resources due to aspects such as paternal absence considered as important for child development. In that sense, the present article aims to show the eventual implications of being a single mother. It also highlights the way this family configuration has been approached by the national and international literature. Studies have shown that the child can grow without major difficulties in single mothers' homes, but in opposition to these, expressive part of the literature points to the negative implications of these configurations, especially considering their socio-demographic, psychological and social characteristics. In spite of the inconsistency of the findings, it is possible to think that father's absence may be compensated by mothers' dedication or by other factors, such as the received social support.

Keywords: Family; single mothers; child development.

RESUMEN

Familias Uniparentais: La Madre Solteira en la Literatura

La proporción de familias uniparentais, en especial aquellas envolvendo madres solteiras, ha aumentado en las sociedades occidentales, lo que constituye un significativo reordenamento del sistema familiar. Las familias de madres solteiras han sido indicadas como exigiendo recursos adaptativos intensos debido a aspectos relacionados a la ausencia paterna apuntados como importantes para el desarrollo infantil. En ese sentido, el presente artículo visa presentar las eventuales implicaciones de ser madre solteira y como esta configuración familiar ha sido abordada por la literatura nacional e internacional. Estudios han mostrado que el niño puede desarrollarse sin perjuicios en hogares de madres solteiras, pero en oposición a estos, parte expressiva de la literatura apunta para las implicaciones negativas de estas configuraciones, especialmente en relación a sus características sociodemográficas, psicológicas y sociales. A pesar de la inconsistencia de los resultados, es posible pensar que la ausencia del padre puede ser compensada por la dedicação de las madres o por otros factores, como el apoyo social recibido.

Palabras clave: Familia; madres solteiras; desarrollo infantil.

Em muitas das sociedades contemporâneas ocidentais coexistem, atualmente, diversas configurações familiares sujeitas a transformações psicológicas, sociais, políticas, econômicas e culturais. Essas configurações levam seus membros a experimentarem novos processos transacionais de adaptação e acomodação (Minuchin, 1980/1990). Entre as novas configurações, as famílias uniparentais, em particular de mães solteiras, tendem a exigir intensos recursos adaptativos, visto que aspectos relacionados à ausência do pai têm sido apontados como importantes para o desenvolvimento familiar e, conseqüentemente, para a criança. Nesse sentido, o presente estudo visa apresentar as eventuais implicações de ser mãe solteira e como esta configuração familiar tem sido abordada pela literatura nacional e internacional.

FAMÍLIA UNIPARENTAL

Quando se fala em família é importante destacar que este conceito é variável entre diferentes culturas e abrange inúmeras definições (Carter e McGoldrick, 1995). Portanto, é preciso reconhecer que há vários tipos de famílias e que os papéis maternos e paternos são multidimensionais e complexos. Nas sociedades ocidentais, constata-se que as famílias estão se transformando, mudando não só de tamanho, mas também de forma (Lansford, Ceballo, Abbey e Stewart, 2001). Tal fato se evidencia na constatação de um número cada vez maior de famílias uniparentais, que têm, na maioria dos casos, a mãe como progenitor responsável. Isso está ocorrendo em função tanto dos altos índices de divórcio quanto das opções de mulheres por terem um filho/a enquanto solteiras.

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2005 (www.ibge.gov.br), o padrão dominante do tipo de organização familiar ainda é a família nuclear (49%), constituída pelo casal e seus filhos/as. Contudo, houve um expressivo crescimento relativo às famílias cuja responsabilidade é feminina que são caracterizadas pelos laços entre mãe e criança(s), sem a presença de uma relação conjugal envolvendo co-habitação ou com esta relação menos solidária e intensa afetivamente. No início da década passada, a proporção de mulheres que se declararam pessoas de referência das famílias era da ordem de 22%, chegando a quase 29% em 2002 e mantendo-se neste nível em 2005. Mais especificamente, a proporção de mulheres sem cônjuge e com filhos, em 1996, era de 15,8%, chegando a 18,1% em 2006, o que revela um crescimento de quase três pontos percentuais. Isto pode estar associado a diversos fatores tanto culturais como

sociais, que ainda precisam ser melhor entendidos. Segundo o relatório de indicadores sociais do IBGE, essa mudança que deixa a família a cargo de um só progenitor, independentemente das razões (como, por exemplo, separação, divórcio, abandono, entre outras), constitui um significativo reordenamento do sistema familiar brasileiro, pois desvincula a figura do provedor/responsável pela família do sexo masculino.

Por definição, as famílias de mães solteiras são chefiadas por mulheres e também podem ser denominadas de famílias uniparentais ou monoparentais. Contudo, essas últimas duas denominações têm sido igualmente usadas para designar famílias de um único progenitor com origem na separação, no divórcio, na viuvez, na adoção ou na ausência de um dos genitores por abandono (Trost, 1980). Ainda é importante ressaltar que, quando se fala em mãe solteira na sociedade ocidental, não se está referindo a algo unívoco. Há mães solteiras por opção (Szapiro e Feres-Carneiro, 2002) e mães solteiras por gravidez indesejada (Zapiain, 1996).

Alguns autores (Lagenest, 1990; Leite, 1997) se preocuparam em classificar os diferentes tipos possíveis de mães solteiras a fim de distingui-las. A classificação realizada por Leite (1997) pode ser resumida da seguinte forma: 1) mães que não queriam ter a criança, mas que a perda dos prazos legais, autorizando a interrupção voluntária da gravidez, a compeliu a assumi-la – denominada *maternidade imposta*; 2) mães que, mesmo não desejando a gravidez, decidiram assumi-la e educam a criança sozinhas – denominada *maternidade involuntária*; e 3) mães que decidiram conceber e educar sozinhas a criança – denominada *maternidade voluntária*. Outra classificação foi realizada por Lagenest (1990) e esta pode ser apresentada da seguinte maneira: 1) a mulher solteira que adota um filho; 2) a mulher que quis ter um filho sem casar; 3) a mulher que se tornou mãe por ter sido violentada; e 4) a mulher que se tornou mãe por não ter tido precauções junto ao companheiro. Para evitar eventuais ambigüidades, no presente estudo a expressão *famílias de mães solteiras* esta sendo usada referindo-se às famílias constituídas de uma mulher que não mantém relação estável com um companheiro e que, desde o início da gestação, assumiu a responsabilidade de ter um filho/a sem a presença do pai biológico ou de alguém que o substituísse.

FAMÍLIA UNIPARENTAL E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Embora todos reconheçam a existência de diferentes configurações familiares, ainda há inconsistências quanto às suas implicações no desenvolvimento da criança. De modo geral, muitos estudos têm apontado

para algumas implicações negativas das configurações uniparentais, em particular das famílias de mães solteiras. No entanto, existem também alguns estudos que não apontam para diferenças no desenvolvimento infantil devido à estrutura das famílias.

Alguns trabalhos têm demonstrado que a criança pode se desenvolver sem prejuízos em lares de mães solteiras quando comparada com as crianças dos lares de mães casadas¹ (Jauch, 1977; Lansford et al., 2001). De acordo com a revisão feita por Goodrich, Rampage, Ellman e Halstead (1990), alguns estudos americanos têm indicado que a maioria das famílias de mães solteiras se desenvolve tão bem quanto às famílias de mães casadas em diversos aspectos examinados, como, por exemplo, com relação ao ajustamento emocional, inteligência (Q.I), às conquistas acadêmicas e ao papel sexual. Os autores enfatizaram que, controlando a variável pobreza, que tende a ser mais acentuada nas famílias de mães solteiras, apenas duas diferenças foram percebidas entre ambos os grupos: as meninas de famílias de mães solteiras tenderam a ser mais independentes e competentes do que as meninas das famílias nucleares, e as crianças de famílias de mães solteiras tenderam a demonstrar uma autoestima mais baixa. Contudo, foi salientado que essa última diferença pudesse estar associada à opinião social preconceituosa e não à estrutura familiar em si.

Outros estudos também têm apontado que as famílias de mães solteiras não possuem necessariamente impacto negativo no desenvolvimento da criança. Na verdade, elas podem ser caracterizadas como tão proficuas quanto as famílias nucleares, geralmente assumidas como o padrão familiar *saudável* (Larson, Dworkin, e Gillman, 2001). Uma revisão realizada por Kleist (1999), examinando diversos estudos americanos sobre famílias de mães solteiras e famílias nucleares, destacou que as famílias bem-sucedidas, independentemente de sua configuração familiar, compartilhavam muitas características comuns. Entre elas, o autor destacou o estabelecimento de relações familiares envolvendo amor, proximidade e cooperação, bem como a busca pela superação conjunta de dificuldades. Essas evidências permitiram ao autor concluir que o mito de que as famílias uniparentais são prejudiciais ao desenvolvimento da criança não recebe amplo apoio das pesquisas, pelo menos em relação à busca pela promoção da saúde familiar e do bem-estar infantil, aspectos que foram particularmente examinados no referido estudo.

Nesse mesmo sentido, diversos aspectos positivos relacionados às famílias de mães solteiras já foram pontuados na literatura. De acordo com Gongla (1982), nas famílias de mães solteiras, a criança tende a ganhar maior responsabilidade e poder para realizar suas próprias atividades e para participar da forma de divisão de tarefas e da adequação de horários às suas necessidades, além de se tornar mais independente dos demais membros familiares no seu dia-a-dia, o que contribui para que ela tenha maior autonomia. Outros aspectos positivos foram destacados na revisão realizada por Goodrich et al. (1990), apontando que nas famílias de mães solteiras o acolhimento e a intimidade são duas características advindas da participação de todos os membros da família nas tarefas diárias, assim como nas tomadas de decisão. Diferente das famílias nucleares, em que tende a haver maior hierarquia, a família com apenas a mãe funcionaria tipicamente como uma organização consensual. Em geral, existiria pouco conflito e a mãe que está só pode se sentir mais capaz de lidar com sua rotina e com seus recursos, uma vez que o processo de consulta que ela desenvolve com seus filhos/as proporciona-lhe um maior senso de poder e competência.

Outro aspecto que precisa ser considerado quando se fala na dinâmica familiar de mães solteiras é a presença e extensão das redes de apoio social de que a mãe dispõe. Sabe-se que a presença de outros adultos solidários e sensíveis, favorece a maternidade e o desenvolvimento infantil, em parte pelo aumento do apoio social dado à mãe por esses membros (Feiring, Fox, Jaskir e Lewis, 1987). Por exemplo, no estudo de Burchinal, Follmer e Bryant (1996), realizado com mães afro-americanas de baixa renda, os autores verificaram que o apoio social, mais do que a configuração familiar, foi um importante preditor da aceitação e do envolvimento materno com os filhos/as pequenos. As mães que possuíam redes de apoio mais extensas tendiam a ser mais próximas e responsivas às crianças, como também a proverem um ambiente mais estimulador a eles do que as mães com redes de apoio mais restritas.

Os estudos mencionados sugerem que, apesar das diferenças nos recursos disponíveis das mães solteiras, sejam estes econômicos, sociais ou culturais, seus filhos/as podem se desenvolver sem prejuízos ou vir a desenvolver problemas, pelas mesmas razões que afetam os filhos/as de mães casadas (Lipman, Boyle, Dooley e Offord, 2002). Pesquisas têm apontado que as mães solteiras têm buscado maneiras de equilibrar o trabalho e a família a favor de mais tempo para dedicar-se a esta última, e, assim, desenvolvem soluções individuais para ativar redes de apoio social que lhes ajudem na educação dos seus filhos/as (Hertz e Ferguson, 1998).

¹ Neste trabalho, o termo *casada* será utilizado para caracterizar as situações em que um homem e uma mulher morem juntos, tendo ou não oficializado a união, pressupondo-se que o casal, mesmo que não casado legalmente, eduque o filho conjuntamente e configure união estável ou concubinato (Leite, 1997).

Em oposição a esses estudos, que não relatam prejuízos pelo convívio em família de mães solteiras, relatando até mesmo aspectos positivos das mesmas, parte expressiva da literatura destaca as implicações negativas envolvendo tais famílias, especialmente em relação às características sociodemográficas, psicológicas e sociais encontradas nestas configurações. As mães solteiras são, frequentemente, contrapostas às casadas por relatarem mais problemas relacionados à baixa renda (Clarke-Stewart, Vandell, McCartney, Owen e Booth, 2000; Goldberg, Greenberger, Hamill e O'Neil, 1992; Hope, Power e Rodgers, 1999; Jackson, Brooks-Gunn, Huang e Glassman, 2000; Lipman et al., 2002); por terem maior necessidade de redes de apoio social, devido a serem mais isoladas socialmente (Goldberg et al., 1992; Heck e Parker, 2002; Jackson et al., 2000; Simons, Beaman, Conger e Chao, 1993); por passarem por mais eventos negativos de vida (Cigno e Burke, 1997; McLanahan e Booth, 1989; Simons et al., 1993) e por apresentarem altos índices de estresse (Goldberg et al., 1992; Jackson et al., 2000; Larson et al., 1999; Simons et al., 1993). Outras características pessoais das mães solteiras como idade e etnia, além das já citadas, também foram indicadas por Amato (2000) como fatores influentes em termos de bem-estar psicológico, saúde e relacionamento mãe-criança.

A insegurança econômica nas famílias de mães solteiras pode ser consequência da baixa oferta de emprego, da falta de apoio do pai não residente e dos benefícios públicos que são, na maioria das vezes, insuficientes (McLanahan e Booth, 1989). Além disso, alguns estudos têm apontado que o menor nível de escolaridade apresentado pelas mães solteiras tende a dificultar sua inserção no mercado de trabalho (Clarke-Stewart et al., 2000; Hilton, Desrochers e Devall, 2001; Simons et al., 1993) ou as levam a ter menor prestígio em sua profissão (Hilton et al., 2001). Esses eventos estressores foram apontados ainda como podendo provocar maiores níveis de aflição psicológica (Hope et al., 1999; McLanahan e Booth, 1989) e depressão materna (Cairney, Boyle, Offord e Racine, 2003; Goldberg et al., 1992).

Outro ponto a ser destacado diz respeito às características psicológicas e emocionais maternas, que têm sido apontadas como importantes na relação mãe-criança, independente da configuração familiar. De qualquer modo, isto pode se acentuar no caso das solteiras pela falta de apoio social. Por exemplo, o estudo de Lipman et al. (2002) realizado com famílias canadenses que responderam a escalas padronizadas sobre apoio social, disfunção familiar, depressão materna, parentagem hostil e bem-estar infantil, indicou que a hostilidade e depressão maternas foram apontadas como variáveis fortemente associadas com

o prejuízo social e os problemas psiquiátricos de seus filhos/as, sendo que as crianças das famílias de mães solteiras, quando comparadas com as crianças das famílias nucleares, apresentaram maior risco de desenvolver tais problemas. As mães solteiras, segundo os autores, também tenderam a apresentar maiores índices de problemas físicos e psiquiátricos, quando comparadas com as mães casadas, o que as levariam a maior exposição ao estresse e, conseqüentemente, à depressão, fatores que também podem influenciar na saúde e no desenvolvimento infantil.

Alguns estudos têm buscado esclarecer as eventuais relações entre o comportamento materno e os problemas de comportamento infantil entre famílias de mães solteiras. Um estudo realizado por Floresheim, Tolan e Gorman-Smith (1998) com mães afro-americanas e latino-americanas objetivou explicar se e como diferenças nos comportamentos de mães solteiras e casadas estavam relacionadas com a ocorrência dos problemas de comportamento entre meninos. Os dados foram obtidos através de entrevista e da observação familiar e apontaram que os múltiplos fatores de risco presentes nas famílias de mães solteiras, como as práticas parentais ineficazes e as relações familiares problemáticas, destacavam-se na explicação da ocorrência dos problemas de comportamento infantil.

Corroborando esses achados, um estudo americano realizado por Hilton e Desrochers (2002) com mães solteiras, pais solteiros e casais, que responderam a entrevistas e questionários padronizados, indicou que o status conjugal e o controle parental podem ter efeito direto nos problemas de comportamento infantil. Para os autores, educar uma criança sozinha quando combinado com baixo *coping* e demandas de regras tendem a levar a um baixo controle parental e a parentagem perturbada, ao que a criança tende a responder com comportamento desviante. Além disso, Hilton e Devall (1998) encontraram evidências de que as crianças nas famílias de mães solteiras apresentavam maior risco de demonstrarem comportamentos negativos que as crianças de famílias nucleares americanas. Afora os problemas de comportamento infantil, o fraco desempenho escolar (Bilge e Kaufman, 1983; Featherstone, Cundick e Jensen, 1993; Floresheim et al., 1998) também se destaca como uma das consequências para as crianças de famílias de mães solteiras, referidas na literatura.

Embora muitos dos comportamentos maternos tenham sido apontados como relacionados às características sociodemográficas e pessoais das mães (Cuyer-Maus e Houck, 2002), poucas pesquisas têm investigado as diferenças nesses comportamentos nas famílias de mães solteiras e nucleares, ou, ainda, como o contexto familiar pode moderar o impacto do

comportamento materno no desenvolvimento infantil. Alguns estudos indicam que, de modo geral, as famílias de mães solteiras têm sido caracterizadas como tendo maior dificuldade com os papéis parentais e maiores níveis de comportamento parental negativo do que as mães casadas, devido ao uso de práticas educativas ineficazes e a um menor envolvimento, controle e supervisão dos filhos/as (Hilton et al., 2001). Por exemplo, Bronstein, Clauson, Stoll e Abrams (1993) compararam a parentagem e o conseqüente ajustamento social, psicológico e acadêmico de crianças caucasianas em diversas estruturas familiares por meio de questionários e escalas sobre a efetividade e o envolvimento parental, revelando que os pais nas famílias nucleares tenderam a ser mais envolvidos com seus filhos/as, levando-os a atividades culturais e recreacionais, realizando atividades em conjunto e falando com eles sobre os seus problemas. Em contrapartida, as mães solteiras demonstraram parentagem mais ineficaz, com menos interação com as crianças e menor controle sobre elas. Endossando esses achados, Simons et al. (1993) observaram famílias americanas chefiadas por mulheres e aplicaram questionários que envolviam questões sobre disciplina, apoio social, condição econômica e escolar e eventos negativos de vida. Os resultados indicaram que há evidências de que as mães solteiras apresentem maiores índices de parentagem ineficaz quando comparadas com mães casadas, visto que os eventos negativos de vida e o apoio social inadequado poderiam estar associados com o uso de práticas parentais consideradas ineficazes.

Como é possível constatar na exposição acima, grande parte dos estudos que investigam famílias de mães solteiras foram realizados no exterior, principalmente nos Estados Unidos. Poucos estudos brasileiros são relatados na literatura. Raros investigaram os aspectos psicológicos desta configuração familiar e alguns deles são de décadas passadas, quando a realidade sociocultural da família uniparental era diferenciada. Por exemplo, Souza (2002) investigou a história e a vivência da maternidade solitária, por mulheres brasileiras de classes populares. Ela constatou, por meio de entrevistas semiestruturadas que a gravidez das mães solteiras ocorria de forma não planejada e transcorria sem o apoio do pai da criança. Nos depoimentos dessas mães, a autora identificou temas referentes a desumanização, preconceito, estigma, solidão, humilhação, pobreza e desamparo, aspectos que apontaram para uma vivência negativa da maternidade solitária. O estudo de Ferrari (2001) endossou esses achados ao examinar as implicações da ausência paterna nas expectativas e nos sentimentos sobre a maternidade de mães solteiras e casadas, que responderam a entrevistas e foram observadas

interagindo com seus bebês de três meses de idade. A autora constatou que a experiência da maternidade foi mais sofrida para as mães solteiras, que relataram sentimentos de tristeza, ansiedade e revolta.

Outros estudos brasileiros examinaram o preconceito que recai sobre as mães solteiras. Amorin (1992) apontou que ser solteira seria visto como uma situação problemática na sociedade brasileira, já que há uma tendência a ainda ver o casamento como o real destino feminino. Também Lagenest (1990) ressaltou que a expressão *mãe solteira* teria uma conotação pejorativa, pois remeteria à violação de valores morais e religiosos.

Além desses estudos, outras áreas do conhecimento têm se dedicado a examinar a questão da maternidade solitária. Na antropologia, os estudos de Fonseca (1997, 2002) se destacam ao examinar a questão da maternidade solitária. A autora rejeita o termo *mãe solteira* por esse carregar conotações de julgamento moral que seriam de pouca relevância. Para denotar a unidade residencial composta por uma mulher sozinha e seus filhos/as, ela preferiu falar em unidade mãe-criança. Segundo a autora, o termo mulher-chefe-de-família também pode ser utilizado, mas tem problemas em relação à distribuição de poder entre homens e mulheres no âmbito doméstico. Fonseca (2002) ressaltou que é preciso reconhecer que, atualmente, o modelo nuclear não é predominante como era há alguns anos. Diante de tal conjuntura, pesquisadores, à procura de um suporte teórico capaz de dar conta dessa complexidade, voltaram seus olhares às dinâmicas de parentesco, pois as consideram um espaço de discussão mais abrangente e flexível. Além disso, a fragilidade do casal contemporâneo revelou outros elementos da dinâmica da família, em particular as redes de apoio social que, em décadas anteriores, não eram destacadas como relevantes se comparadas com o apoio entre o casal (Fonseca, 1997). Anteriormente, as análises se prendiam ao modelo nuclear, que era a construção ideológica do sistema liberal pós-guerra que o apresentava como o corolário inevitável da modernidade e da industrialização, negando-se tudo que não se adequava a esse modelo. A autora destaca, ainda, que, no Brasil, diversos pesquisadores, olhando para a família de classe média, também têm ressaltado dinâmicas particulares que fogem do modelo nuclear, mas, segundo ela, os estudos sobre a especificidade familiar em grupos populares só ganharam ímpeto nos últimos anos e até então surtem, relativamente, pouco efeito em termos de estudos empíricos ou de novos métodos de pesquisa, adaptados à realidade brasileira.

Ainda na antropologia, o estudo de Silva (1987), que foi realizado com mães solteiras de diferentes níveis socioeconômicos, apontou para um aumento no número

de mulheres brasileiras que se responsabilizavam sozinhas pela manutenção da família, independente dos estratos sociais. A análise qualitativa dos dados revelou que quanto maiores a renda e o nível de escolaridade das mães solteiras, maiores seriam as chances de seus filhos/as ingressarem no mercado de trabalho e de obterem um diploma de nível superior.

Na área do direito, destaca-se o trabalho teórico de Leite (1997) sobre a história e o reconhecimento legal das famílias uniparentais. Segundo o autor, as famílias de mães solteiras apenas foram plenamente reconhecidas no final do século XIX. Ainda que a ocorrência dessa situação sempre tenha ocorrido na história da humanidade, diversos fatores modificaram sua condição recente. Na Europa e mesmo no Brasil, a categoria de mães solteiras era pesadamente onerada pela opinião pública e marginalizada pela legislação familiar, através da categorização de seus filhos/as (legítimos e ilegítimos). Da marginalização à aceitação, ocorreu a imposição de fatores fáticos (despovoamento da Europa depois das duas guerras mundiais) e uma série de medidas legislativas que marcaram uma nova orientação. Segundo o autor, vencida essa questão, ainda restou à mãe solteira enfrentar os problemas de ordem econômica, o que a fez ter de desenvolver uma atividade profissional e dividir seu tempo entre a criança e o trabalho, em dupla jornada. No Brasil, o acesso das mulheres ao mercado e à atividade remunerada fora do lar garantiu-lhes uma recuperação da defasagem social na qual se encontravam. Além disso, fatores como o controle da concepção e as mudanças na legislação ordinária civil podem ser considerados elementos que também contribuíram para a maternidade solitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto, constata-se que a maternidade envolve uma situação subjetiva que acaba não dependendo, necessariamente, da configuração da família. Existe uma série de outros fatores tanto familiares (atitudes e comportamentos maternos, ausência do pai), como sociais (nível socioeconômico, escolaridade da mãe, rede de apoio social, prestígio profissional) e emocionais (aspectos subjetivos, estresse, depressão) que podem afetar, diferentemente, a dinâmica e o funcionamento de famílias de mães solteiras. Assim, é plausível pensar que, uma vez que as condições básicas sejam adequadas à maternidade, expectativas negativas quanto às famílias de mães solteiras podem ser meros preconceitos. De qualquer modo, é importante salientar que o pai não pode ser relegado a um segundo plano quando se fala em maternidade e desenvolvimento infantil.

Estudos têm indicado que o pai tem uma influência tanto direta sobre o desenvolvimento de seus filhos/as, provendo as bases para as relações sociais, quanto indireta, através do apoio dado à mãe (Winnicott, 1965/1971). A presença do pai tende a potencializar a vivência mais rica e afetiva da interação da mãe com a criança (Brazelton, 1988). Como disse Bowlby (1989), ser mãe não é um papel fácil de exercer, tendo em vista o tempo e a atenção que os filhos/as demandam. Para o autor, cuidar de uma criança não é tarefa para uma só pessoa, e a assistência de um companheiro pode torná-la mais leve e prazerosa. De qualquer modo, é possível pensar que, no caso das mães solteiras, a ausência do pai pode ser compensada pela dedicação das mães ou por outros fatores como o apoio social de avós, parentes e amigos, o que pode substituir, ao menos parcialmente, o papel do pai (Burchinal et al., 1996). Assim, acredita-se que a ausência do pai não traz, necessariamente, consequências negativas para a maternidade e a interação familiar. Certamente, uma mãe pode ser bastante adequada mesmo sem estar convivendo com o pai da criança, mas isto dependerá da presença e influência dos diferentes fatores mencionados acima.

Como visto nessa revisão, ser mãe solteira pode implicar uma sobrecarga de tarefas e é preciso que equipes de saúde estejam atentas a essa situação, em especial nos primeiros anos de vida da criança, em que o apoio social se faz mais relevante. Isto se torna particularmente necessário em situações de carência econômica, social e afetiva, que podem exacerbar, expressivamente, as dificuldades encontradas pelas mães solteiras. Espera-se que esse estudo desperte o interesse dos profissionais de saúde mental por esse assunto, para que se dediquem ao relevante trabalho de acompanhar as gestantes e recém-mães, especialmente as solteiras, que possam apresentar algum risco com relação à constituição da sua maternidade.

Por fim, é importante ressaltar que não há um único modelo de família que possa ser considerado como padrão familiar *saudável*. As necessidades das crianças podem ser supridas por uma variedade de arranjos sociais. O que parece ser mais importante é que todos aqueles que contribuem para o desenvolvimento das crianças tenham recursos emocionais, sociais e materiais adequados para este fim.

REFERÊNCIAS

- Amato, P. R. (2000). Diversity within single-parent families. In D. H. Demo, & K. R. Allen (Orgs.), *Handbook of family diversity* (pp. 149-172). London Oxford: University Press.
- Amorin, N. F. M. (1992). A mulher solteira no âmbito da sociedade e da família. In N. F. M. Amorin, *Mulher solteira: do estigma à construção de uma nova identidade* (pp.145-165). Maceio: Edufal.

- Bilge, B., & Kaufman, G. (1983). Children of divorce and one-parent families: Cross-cultural perspectives. *Family Relations*, 32, 1, 59-71.
- Bowlby, J. (1989). O cuidado com as crianças (S. M. de Barros, Trad.). *Uma base segura: implicações clínicas da teoria do apego* (pp.17-32). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Brazelton, T. B. (1988). Gravidez: o nascimento do apego (D. Batista, Trad.). In T. B. Brazelton, *O desenvolvimento do apego: uma família em formação* (pp. 15-50). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronstein, P., Clauson, J., Stoll, M. F., & Abrams, C.L. (1993). Parenting behavior and children's social, psychological, and academic adjustment in diverse family structures. *Family Relations: Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 42, 3, 268-276.
- Burchinal, M. R., Follmer, A., & Bryant, D. M. (1996). The relations of maternal social support and family structure with maternal responsiveness and child outcomes among african-american families. *Developmental Psychology*, 32, 6, 1073-1083.
- Cairney, J., Boyle, M., Offord, D. R., & Racine, Y. (2003). Stress, social support and depression in single and married mothers. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 38, 442-449.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (Orgs.). (1995). As mulheres e o ciclo de vida familiar (M. A. V. Veronese, Trad.). In B. Carter, & M. McGoldrick, *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (2ª ed.) (pp. 30-64). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cigno, K., & Burke, P. (1997). Single mothers of children with learning disabilities: An undervalued group. *Journal of Interprofessional Care*, 11, 2, 177-186.
- Clarke-Stewart, C. A., K., Vandell, D. L., McCartney, K., Owen, M. T., & Booth, C. (2000). Effects of parental separation and divorce on very young children. *Journal of Family Psychology*, 14, 2, 304-326.
- Cuyer-Maus, E. Le., & Houck, G. M. (2002). Maternal characteristics and maternal limit-setting styles. *Public Health Nursing*, 19, 5, 336-344.
- Featherstone, D.R., Cundick, B. P., & Jensen, L.C. (1993). Differences in school behavior and achievement between children from intact, reconstituted, and single parent families. *Family Therapy*, 20, 1, 37-48.
- Feiring, C., Fox, N. A., Jaskir, J., & Lewis, M. (1987). The relation between social support, infant risk status and mother-infant interaction. *Developmental Psychology*, 23, 3, 400-405.
- Ferrari, H. (2001). *A ausência paterna e suas implicações na qualidade da interação mãe-bebê*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Floresheim, P., Tolan, P., & Gorman-Smith, D. (1998). Family relationships, parenting practices, the availability of male family members, and the behavior of inner-city boys in single-mother and two-parent families. *Child Development*, 69, 5, 1437-1447.
- Fonseca, C. L. W. (1997). Ser mulher, mãe e pobre. In M. Del Priore (Org.). *História das mulheres no Brasil* (2ª ed.) (pp. 510-553). São Paulo: Contexto.
- Fonseca, C. L. W. (2000). Aliados e rivais na família. In C. L. W. Fonseca, *Família, fofoca e honra* (pp. 53-88). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Fonseca, C. L. W. (2002). Mãe é uma só: reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Revista de Psicologia da USP*, 13, 2, 49-68.
- Goldberg, W. A., Greenberger, E., Hamill, S., & O'Neil, R. (1992). Role demands in the lives of employed single mothers with preschoolers. *Journal of Family Issues*, 13, 3, 312-333.
- Gongla, P. A. (1982). Single parent families: A look at families of mothers and children. *Marriage and Family Review*, 5, 2, 5-27.
- Goodrich, T. J., Rampage, C., Ellman, B., & Halstead, K. (1990). Famílias de pais sozinhos (R. M. Garcez, Trad.). In T. J. Goodrich, C. Rampage, B. Ellman, & K. Halstead (Orgs.), *Terapia feminista da família* (pp. 75-95). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Heck, K. E., & Parker, J. D. (2002). Family structure, socioeconomic status, and access to health care for children. *Health Services Research*, 37, 1, 173-186.
- Hertz, R., & Ferguson, F. I. (1998). Only one pair of hands: Ways that single mothers stretch work and family resources. *Community Work and Family*, 1, 1, 13-37.
- Hilton, J. M., & Devall, E. L. (1998). Comparison of parenting and children's behavior in single-mother, single-father, and intact families. *Journal of Divorce and Remarriage*, 29, 3-4, 23-54.
- Hilton, J. M., Desrochers, S., & Devall, E. L. (2001). Comparison of role demands, relationships, and child functioning in single mother, single father, and intact families. *Journal of Divorce and Remarriage*, 35, 1-2, 29-56.
- Hilton, J., & Desrochers, S. (2002). Children's behavior problems in single parent and married parent families: Development of a predictive model. *Journal of Divorce and Remarriage*, 37, 1-2, 13-36.
- Hope, S., Power, C., & Rodgers, B. (1999). Does financial hardship account for elevated psychological distress in lone mothers? *Social Science & Medicine*, 49, 12, 1637-1649.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2005). Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Retirado em 18/12/2007 no World Wide Web: <http://www.ibge.gov.br>.
- Jackson, A. P., Brooks-Gunn, J., Huang, C.C., & Glassman, M. (2000). Single mothers in low-wage jobs: Financial strain, parenting, and preschooler's outcomes. *Child Development*, 71, 5, 1409-1423.
- Jauch, C. (1977). The one-parent family. *Journal of clinical Child Psychology*, 6, 2, 30-32.
- Kleist, D. M. (1999). Single-parent families: A difference that makes a difference? *Family Journal Counseling and Therapy for Couples and Families*, 7, 4, 373-378.
- Lagenest, J. P. B. (1990). Introdução. In J. P. B. Lagenest, *Mãe solteira! E daí?* (pp. 25-46). São Paulo: Paulinas.
- Lansford, J. E., Ceballo, R., Abbey, A., & Stewart, A. J. (2001). Does family structure matter? A comparison of adoptive, two-parent biological, single-mother, stepfather, and stepmother households. *Journal of Marriage and Family*, 62, 3, 840-852.
- Larson, R., Dworkin, J., & Gillman, S. (2001). Facilitating adolescents' constructive use of time in one-parent families. *Applied Developmental Science*, 15, 3, 143-157.
- Leite, E. O. (1997). Fatores determinantes da monoparentalidade. *Famílias monoparentais: a situação jurídica de pais e mães solteiros, de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal* (pp. 32-72). São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Lipman, E. L., Boyle, M. H., Dooley, M. D., & Offord, D. R. (2002). Child well being in single-mother families. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 41, 1, 75-82.
- McLanahan, S., & Booth, K. (1989). Mother-only families: Problems, prospects, and politics. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 3, 557-580.
- Silva, T. D. M. (1987). *Nome de família: maternidade fora do casamento e o princípio de filiação patrilinear*. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.
- Simons, R. L., Beaman, J., Conger, R. D., & Wei, C. (1993). Stress, support, and antisocial behavior trait as determinants of emotional well being and parenting practices among single-mothers. *Journal of Marriage and the Family*, 55, 385-398.
- Souza, R. G. (2002). *Maternidade solitária: relatos de mães solteiras de classe populares*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.
- Szapiro, A. M., & Feres-Carneiro, T. (2002). Construções do feminino após anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 1, 179-188.

- Trost, J. (1980). The concept of one-parent family. *Journal of Comparative Family Studies*, 11, 1, 129-138.
- Winnicott, D. W. (1971). E o pai? (A. Cabral, Trad.). In D. W. Winnicott, *A Criança e o seu mundo* (2ª ed.) (pp. 127-133). Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Original publicado em 1965).
- Zapiain, J. G. (1996). *Gravidezes inesperadas. Por quê?* Comunicação apresentada no Seminário “O problema do aborto em Portugal: questões sociais, médicas e jurídicas”. Associação para o Planejamento da família. Évora.

Recebido em: 07/03/2008. Aceito em: 24/01/2009.

Autores:

Angela Helena Marin – Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia pelo Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação do Prof. Dr. Cesar Piccinini, e professora da Universidade Luterana do Brasil.

Cesar Augusto Piccinini – Psicólogo, PhD em Psicologia pela University College London (Inglaterra). Pesquisador do CNPq e Professor do Instituto de Psicologia da UFRGS.

Enviar correspondência para:

Angela Helena Marin
Av. Lavras, 654/601 – Petrópolis
CEP 90460-040, Porto Alegre, RS, Brasil
E-mail: ahmarin@hotmail.com